

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI Nº.....

Dispõe sobre o Programa POLOS
GASTRONÔMICOS de revitalização econômica local
e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o Programa POLOS GASTRONÔMICOS de revitalização econômica local, tendo por finalidade precípua a conjugação de esforços entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada, para a recuperação da atividade econômica e revitalização dos espaços públicos, em áreas onde se observa a concentração de empresas, potencial de desenvolvimento econômico e vocações locais.

Parágrafo único. Caberá à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX a coordenação do Programa.

Art. 2º. Nas condições previstas na presente lei, grupos empresariais integrarão o Programa, desde que atendidos os seguintes pré-requisitos:

- I – sejam formados por, no mínimo, doze empresas constituídas na forma da lei;
- II – demonstrem capacidade associativa, mobilização e poderes de participação e organização, por meio do sindicato patronal da categoria;
- III – exerçam as suas atividades em estabelecimentos situados em logradouros circunscritos em um mesmo perímetro.

§ 1º. Atendidos os pré-requisitos, a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX proporá ao Chefe do Poder Executivo Municipal o reconhecimento e formalização dessas áreas como Polos Gastronômicos.

§ 2º. Para assessorar a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX nessa avaliação, fica criado Comitê Consultivo, formado pelo Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas no Estado do Espírito Santo - SEBRAE/ES, pelo Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Espírito Santo – SINDBARES, pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL e por outras entidades de apoio, com atuações locais ou regionais, cujas participações serão avaliadas e decididas pelo próprio Comitê Consultivo, caso a caso.

Art. 3º. A Prefeitura, no que couber, se responsabilizará pelas intervenções de sua competência, através dos órgãos municipais, promovendo a requalificação dos espaços públicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO Nº.....

Regulamenta a Lei Municipal Nº, de DD de MMMMM
de AAAA, que dispõe sobre o Programa POLOS
GASTRONÔMICOS de revitalização econômica local
e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Nº XXXX, de DD de XXXXXX de AAAA,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica criado no âmbito do Município de Vitória/ES o “Polo Gastronômico XXXXXXXX”.

Parágrafo único. Para efeitos deste Decreto, o “Polo Gastronômico de XXXXXXXX” fica delimitado no trecho compreendido entre xxx / pelo quadrilátero correspondido entre as Ruas xxx.

Art. 2º. O Município incentivará a promoção e o ordenamento do local, mediante apoio dos órgãos envolvidos, visando garantir:

- I - o livre trânsito de veículos e de transeuntes;
- II - o ordenamento público;
- III - a harmonia estética;
- IV - a sinalização indicativa dos estabelecimentos participantes;
- V - a repressão ao comércio ambulante;
- VI - a melhoria da iluminação pública;
- VII - a limpeza dos logradouros públicos;
- VIII - a segurança local.

Art. 3º. Os estabelecimentos que integrarem o “Polo Gastronômico XXXX” se comprometem em participar de programas de qualificação do empresário e seus funcionários, visando a excelência no atendimento e na manutenção do negócio.

Parágrafo único. Os programas de qualificação mencionados no *caput* deste artigo serão desenvolvidos a partir de parcerias entre o Poder Público, a iniciativa privada, incluindo a entidade representativa, além do SEBRAE e outras entidades de apoio, com atuações locais ou regionais.

Art. 4º. Fica permitida a concessão de autorização de uso de área pública, para a colocação de mobiliários e equipamentos pelas empresas integrantes do “Polo Gastronômico XXXXXXXXX” regulamentado no presente Decreto.

§ 1º. A concessão de autorização de uso de área pública e para a colocação de mobiliários e equipamentos na forma deste decreto fica condicionada ao enquadramento do estabelecimento no Programa Polos Gastronômicos, não constituindo direito adquirido, sendo concedida a título precário e discricionário e podendo ser cancelada em caso de interesse público ou pelo descumprimento das regras insculpidas na Lei Nº XXXX e no presente Decreto.

§ 2º. Cancelada a concessão de autorização de uso de área pública e para a colocação de mobiliários e equipamentos, a retirada de todos os elementos e dispositivos utilizados será efetuada de forma imediata, quando a Administração Pública assim determinar, não cabendo qualquer reparação, indenização, compensação ou ressarcimento das despesas efetuadas ou possíveis prejuízos contabilizados.

Art. 5º. As autorizações previstas no artigo anterior serão disponibilizadas aos estabelecimentos interessados no uso de área pública e para a colocação de mobiliário, de modo a implementar a sua efetiva destinação como espaço gastronômico e de convivência, observando-se os seguintes parâmetros:

I - às quintas, sextas, sábados e vésperas de feriado, as autorizações para utilização de mesas e cadeiras ou mobiliários semelhantes, terão vigência a partir das 07h00 até às 01h00 do dia seguinte, e de domingos à quarta a partir das 07h00 até às 24h00, após estes limites só será permitida a utilização das áreas externas dos estabelecimentos com o uso do toldo com proteção acústica;

II - em qualquer caso, deverá ser garantida uma faixa livre e totalmente desimpedida, no passeio público, para a passagem de pedestres de no mínimo 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura conforme justificativa técnica da Secretaria de Urbanismo;

III – cada estabelecimento poderá ocupar a área correspondente à extensão de sua testada, desde que obedeça aos parâmetros determinados no inciso II;

IV – as áreas destinadas à colocação de mobiliário poderão ser delimitadas por elementos divisórios, desde que sejam totalmente removíveis, conforme projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal;

V – as coberturas ou toldos deverão conter tratamento acústico e ser totalmente removíveis, podendo ser apoiadas no piso, admitindo-se o emprego de elementos verticais, que possibilitem o fechamento temporário da área utilizada.

§ 1º. É vedado o uso de estrado ou qualquer outro equipamento que desnivele a área do passeio público.

§ 2º. É vedado o uso de qualquer tipo de equipamento de som, televisão e apresentação de música ao vivo, na área especial autorizada.

§ 3º. É vedado aos estabelecimentos servirem produtos aos usuários além do limite da área de autorização.

§ 4º. O fechamento, ainda que temporário, da área utilizada para a colocação de mobiliários não poderá caracterizar aumento real de área do estabelecimento.

§ 5º. Quando não houver instalação de cobertura ou toldo, admite-se o uso de ombrelones, desde que padronizados e autorizados pela Prefeitura Municipal e possuam tratamento acústico.

§ 6º. A colocação e retirada dos mobiliários são de responsabilidade de cada estabelecimento, sendo possível que a Prefeitura Municipal permita que tais mobiliários pernoitem na área concedida de autorização de uso, desde que mantidos alinhados e arrumados e que não inviabilizem a circulação no passeio.

§ 7º. Em nenhuma hipótese será permitida a estocagem e empilhamento de produtos, mesas, cadeiras ou qualquer outro equipamento, na área externa dos estabelecimentos, dentro ou fora do horário estabelecido.

Art. 6º. Os estabelecimentos responsáveis pela colocação dos mobiliários e demais equipamentos ficam obrigados a:

- I – mantê-los em perfeito estado de conservação e utilização, devendo reparar ou substituir os que assim não se encontrarem;
- II – impedir o deslocamento dos equipamentos por parte dos usuários para além da área de ocupação autorizada;
- III – manter, durante todo o horário de funcionamento, um serviço de limpeza da calçada ocupada e das áreas próximas, utilizando utensílios apropriados para a remoção dos detritos;
- IV – varrer e limpar a calçada imediatamente após o término de funcionamento diário, vedado o lançamento de detritos na pista de rolamento do logradouro;
- V – desocupar a área, quando cassada a autorização, restituindo-a ao uso público, em perfeitas condições, sem quaisquer danos ou alterações, devendo, para isso, compor, por sua conta e risco, o passeio utilizado, e as áreas de trânsito adjacentes, reconstituindo, inclusive, sua estrutura e seus componentes estéticos originais.

Art. 7º. Fica expressamente proibida a exploração de qualquer tipo de comércio e permanência de vendedores ambulantes no Polo Gastronômico regulamentado no presente decreto, bem como em áreas adjacentes, numa distância de 200m (duzentos metros) do seu perímetro.

Art. 8º. Os comerciantes do Polo Gastronômico ora regulamentado responsabilizar-se-ão pelo cumprimento das normas e parâmetros estabelecidos no presente decreto, especialmente em relação à montagem, desmontagem e estocagem dos mobiliários e demais equipamentos utilizados, bem como pela conservação da área e outras, acordadas com o Município, que visem assegurar a harmoniosa convivência e adequada utilização do espaço externo e que se consubstanciarão em um Termo de Compromisso.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 20 de novembro de 2013.

Prefeito Municipal

Art. 4º. Nas situações em que, por sugestão e interesse dos grupos empresariais for recomendada intervenção física para a reurbanização dos espaços públicos caberá a estes, reunidos em torno da respectiva entidade representativa, submeter as correspondentes demandas ao exame e aprovação da Prefeitura.

Art. 5º. Os projetos, obras e serviços demandados serão realizados pela Prefeitura, quando implicarem obras de infraestrutura cuja execução não couber à entidade representativa, e que, respeitadas as condições inerentes à realização de toda e qualquer despesa pública.

Parágrafo único. Os projetos, obras e serviços demandados poderão ser realizados pela entidade representativa, mediante convênio com a Prefeitura.

Art. 6º. Caberá à Prefeitura:

- I – fiscalizar todas as etapas de elaboração dos projetos, obras e serviços;
- II – fiscalizar todas as etapas de execução dos projetos, obras e serviços;
- III – respeitadas as condições inerentes à realização de toda e qualquer obra pública, contratar a elaboração dos projetos específicos de sua responsabilidade, através do órgão competente;
- IV – definir com as empresas de infraestrutura urbana e, com as concessionárias e permissionárias de serviços públicos, a ordenação de suas redes nos locais de intervenção, de acordo com os projetos, obras e serviços;
- V – respeitadas as condições inerentes à realização de toda e qualquer obra pública, executar as obras de infraestrutura de sua responsabilidade;
- VI – ordenar o uso do espaço público;
- VII – ordenar, durante a execução das obras, por meio dos órgãos competentes, os desvios de tráfego, a sinalização temporária e outras mudanças no trânsito que se fizerem necessárias;

Art. 7º. A Prefeitura incentivará a promoção e ordenamento local das áreas dos POLOS GASTRONÔMICOS, mediante apoio dos órgãos envolvidos, visando:

- I – preservar o livre trânsito de veículos e transeuntes;
- II – promover e garantir a segurança local;
- III – preservar a harmonia estética;
- IV – preservar a sinalização indicativa dos estabelecimentos participantes;
- V – a repressão ao comércio ambulante irregular;
- VI – atrair e incentivar novos investimentos dentro do perfil vocacional da área;
- VII – realizar campanhas publicitárias objetivando a divulgação dos POLOS GASTRONÔMICOS;
- VIII – promover apresentações musicais, poéticas e artísticas;
- IX – promover festivais e encontros gastronômicos e culturais.

Art. 8º. Poderá a entidade representativa dos grupos empresariais:

- I – contratar a elaboração dos projetos específicos e cedê-los à Prefeitura;
- II – auxiliar a Prefeitura na gestão e manutenção do espaço público;

III – realizar projetos, obras e serviços de competência da Prefeitura mediante convênio, nos termos do Parágrafo único do artigo 5º desta Lei.

Art. 9º. Além da Prefeitura Municipal, por seus órgãos competentes, caberá a cada estabelecimento integrante do Programa a manutenção do espaço público circunscrito ao POLO GASTRONÔMICO que integra.

Art. 10. Para a operacionalização desta Lei, a Prefeitura, através da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestará apoio técnico, administrativo e operacional ao funcionamento do Programa, mediante a participação das Secretarias afetas ao projeto, obra ou serviço, analisado caso a caso.

Art. 11. Todos os órgãos da Prefeitura de Vitória deverão, quando solicitados, fornecer o necessário apoio técnico à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nos termos do art. 10 desta Lei.

Art. 12. Os POLOS GASTRONÔMICOS serão definidos por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma dessa lei.

Art. 13. Fica estabelecido que as áreas delimitadas dos POLOS GASTRONÔMICOS poderão ser objeto de regras específicas relativas ao uso do solo, às obras e às posturas municipais pelos estabelecimentos integrantes do Programa.

Art. 14. Para os futuros exercícios, deverão ser previstas dotações orçamentárias específicas para os projetos, obras e serviços contemplados neste Programa.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 20 de novembro de 2013.

Prefeito Municipal